

Demora sobre criação de GT trava discussão do mototáxi na região

Demora sobre criação de GT trava discussão do mototáxi na região

Sem grupo de trabalho para debater tema no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, regulamentação segue em compasso de espera

WILSON GUARDIA

wilsonguardia@dgabc.com.br

Estão travadas há quase seis meses no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC as discussões sobre a proibição do serviço de mototáxi nas sete cidades. Em encontro realizado em fevereiro, o presidente Marcelo Lima (Podemos), prefeito de São Bernardo, anunciou que iria tratar a regulamentação da atividade como prioridade, mas até hoje não houve avanço.

A instituição sequer concluiu a formatação da comissão que vai estudar o tema internamente. "A constituição (do grupo de trabalho) está sendo formatada em âmbito interno da entidade regional", manifestou-se por meio de nota o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, sem apresentar um prazo para criar a comissão e iniciar os debates.



SERVIÇO. Em Sto. André, caronas remuneradas em motos seguem ativas

Na semana passada, o TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) decidiu manter a proibição do transporte individual de passageiros por motocicletas na Capital. A medida foi tomada após a rejeição de um pedido de liminar feito pela CNS (Confederação Nacional de Serviços), que, em nome das

empresas de aplicativos que oferecem a modalidade, buscava liberar o funcionamento de serviços de mototáxi em São Paulo.

Na decisão, o desembargador Ricardo Dip considerou válido o Decreto nº 62.144/2023 assinado pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB), que regulamen-

ta o transporte individual na cidade e veta a atividade.

Com a decisão judicial, o transporte remunerado de passageiros por motocicletas fica proibido na Capital até que haja a criação de uma lei municipal para regulamentar a atividade. Com isso, o tema mototáxi deve seguir em compasso de espera no Grande ABC.

Segundo o Consórcio Intermunicipal, a regulamentação do serviço na região deverá seguir os mesmos parâmetros adotados no território paulistano. "Neste momento, a Prefeitura de São Paulo, capital do Estado e maior município do País, é a referência para os municípios do Grande ABC para este tema", disse a entidade.

SÃO BERNARDO

Em São Bernardo, Marcelo Lima editou em fevereiro deste ano lei municipal que cria regras para o mototáxi na cidade, condicionando a oferta e operacionalização do serviço à regulamentação do texto. "Até que seja regulamentada a referida matéria, ficam suspensas as atividades dos serviços de mototáxi no município", prevê trecho da legislação.

Apesar disso, a modalidade segue sendo oferecida na cidade. Procurada para comentar sobre o prazo para a regulamentação da lei, a Prefeitura de São Bernardo disse que o assunto é tratado de forma regionalizada. "A discussão sobre o serviço de mototáxi está em âmbito regional, dentro do Consórcio Intermunicipal."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3